

**ATA N.º 4**

Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name 'Miguel' and various initials.

Aos 18 dias do mês de Dezembro de 2025, pelas 21 horas e 15 minutos, no 1º Andar da Sede da Junta de Freguesia da localidade de Nadadouro, reuniu-se a Assembleia de Freguesia do Nadadouro em sessão ordinária, nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 14 da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual, a qual de acordo com o n.º 2 do art.º 30º do Regimento da Assembleia de Freguesia, se iniciará com o período de intervenção do público para apresentação de assuntos de interesse da Freguesia e pedidos de esclarecimentos, dirigidos à mesa, a que se segue nos termos do n.º 1 do art.º 30 do Regimento, o período Antes da Ordem do dia.

Assim, da Mesa da Assembleia estavam presentes:

- Rui Miguel Domingos Ventura;
- Anabela da Silva Rebelo do Coito;
- Diogo Filipe dos Santos Fernandes;
- Ana Lúcia Fernandes Henriques Neves;
- Pedro Manuel Daniel Gonçalves;
- Leonardo Silva de Carvalho;
- Paulo Alexandre Higino dos Santos;
- Fernando Adriano Henriques;
- Virgílio Júlio Loureiro;

Da Junta de Freguesia estavam presentes:

- Filipe Miguel Malhoa Pereira;
- Nuno José Pereira Miguel;
- Evelina Martins Henriques Pereira;

A sessão foi aberta pelo Presidente da Mesa da Assembleia, Sr. Rui Ventura, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Apreciar e votar as Opções do Plano e a proposta de Orçamento para o ano de 2026, de acordo com o previsto no n.º 2, art.º11 da lei 75/2013.
2. Eleger a Comissão de Regimento para debater as alterações do Regimento de Freguesia.
3. Apreciar e votar a proposta de alteração do regulamento de taxas.
4. Apreciar e votar o Mapa de Pessoal para 2026.
5. Apreciar a informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia de Nadadouro, acerca da atividade da Freguesia no período referente ao 4º trimestre de 2025, feita nos termos do n.º 2, alínea e) do art.º 9º da lei 75/2013, de 12 de Setembro.
6. Outros assuntos de interesse para a Freguesia.



7. 2º Período de intervenção do público para apresentação de assuntos de interesse da Freguesia e pedidos de esclarecimentos, dirigidos à Mesa, de acordo com o n.º 3, do art.º 30º do Regimento.

Após um breve cumprimento, expressar votos de sucesso para este mandato e antes de ser dado início aos trabalhos, o Presidente da Assembleia, pediu o respeito das regras de boa conduta e o cumprimento do Regimento da Assembleia.

No período de inscrições para intervenção do público para apresentação de assuntos de interesse da Freguesia e pedidos de esclarecimentos, dirigidos à mesa, não houve manifestações de intenção de participar.

Não havendo outras questões, deu-se início à ordem de trabalhos.

Ponto 1 - Apreciar e votar as Opções do Plano e a proposta de Orçamento para o ano de 2026, de acordo com o previsto no nº 2, art.º11 da lei 75/2013.

Foram prestados alguns esclarecimentos, no que diz respeito às diferentes rúbricas, pelo Presidente da Junta de Freguesia e pela Tesoureira. O Sr. Filipe Pereira mencionou os projetos considerados nos custos, nomeadamente, os melhoramentos nos arruamentos; a construção do Parque das Águas Vivas; a aquisição de uma carrinha para o departamento operacional; criação e desenvolvimento da identidade visual da Freguesia; criar um posto de informação e de saúde social; a remodelação do edifício sede da Junta de Freguesia e a requalificação da zona pública das Arroteias. De seguida, a Sra. Evelina Pereira procedeu à explicação dos valores apresentados no Orçamento para o ano de 2026, que atinge o valor de duzentos e noventa mil quinhentos e seis euros e sessenta cêntimos. Fez uma breve apresentação da origem das receitas e das despesas correntes, mencionando que o valor oriundo da Câmara Municipal se mantém face ao ano anterior, assim como, os valores referentes aos impostos. Em comparação com o orçamento de 2025, só foram acrescentados os valores referentes à aquisição da carrinha e à publicidade para criação da imagem visual da Freguesia, uma vez que, não há projectos em andamento.

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Virgílio Loureiro e este afirmou que achou a explicação vaga pedindo assim um esclarecimento mais detalhado sobre os valores. Em resposta, a Sra. Evelina justificou que a primeira parte do Orçamento se refere aos custos com o pessoal, pelo que, não sofreu qualquer alteração e perfaz o valor de cento e onze mil quarenta e sete euros e quarenta e nove cêntimos. Ainda assim, apresentou a situação contratual presente dos funcionários da Junta de Freguesia e dos colaboradores a cumprirem os programas ocupacionais. O Sr. Virgílio questionou também no que consta o valor da rúbrica estudos, pareceres, projectos e consultadoria. A Tesoureira respondeu que cerca de quatro mil euros são os custos com a empresa que presta serviços de contabilidade à Junta de Freguesia e o restante valor será para investir na criação de projectos futuros. O mesmo membro da Assembleia questionou ainda sobre os



valores dos programas ocupacionais ao que Evelina respondeu que é um valor de custo mas também de receita, sendo que, são ressarcidos pelo Estado posteriormente. Perguntou igualmente sobre o valor relativo à rúbrica instituições sem fins lucrativos e foi-lhe respondido que se mantém o mesmo do ano passado, servindo para fazer donativos a instituições ainda sem qualquer discriminação de montantes. O Sr. Virgílio usou a oportunidade para expressar o seu descontentamento com o valor reduzido que a Câmara Municipal cede à Junta de Freguesia do Nadadouro, sendo que, é um ponto turístico e um local de passagem com bastante afluência, o que causa um enorme desgaste nas vias públicas e, desta forma, as mesmas necessitam de maior manutenção o que exige um custo mais elevado comparativamente a outras freguesias. Logo, deveríamos apelar ao recebimento de uma verba extra. O mesmo ainda questionou sobre existirem duas rúbricas de montantes destinados a famílias, ao que a Tesoureira respondeu ser uma questão técnica contabilística, sendo assim, uma é relativa ao pagamento do colaborador em regime de cumprimento do programa ocupacional e a outra é um valor de mil euros a distribuir como apoio a famílias carenciadas. Aproveitando o tema, o Sr. Virgílio perguntou sobre a possibilidade de se criar uma forma de apoio na área da saúde, sobretudo, para a população idosa. Também fez notar a necessidade de pavimentar algumas estradas nas quais nunca colocaram alcatrão, além do melhoramento previsto noutras, que têm buracos ou remendos mal executados, existentes em muitas vias da Freguesia. O Sr. Filipe respondeu que está previsto realizar em 2026 o espaço saúde social que inclui o posto de medicamentos, apoio à marcação de consultas e exames, saúde preventiva e bem-estar, além de tudo o que se tornar possível fazer dentro da área social. Quanto ao melhoramento das vias públicas é um tema que será desenvolvido noutra ordem de trabalhos.

O Presidente da Mesa da Assembleia passou a palavra ao Sr. Paulo Santos, que além de desejar um bom mandato referiu a necessidade de algumas explicações, mais precisamente, quanto ao valor da rúbrica recrutamento de pessoal para novos postos de trabalho. A Tesoureira respondeu-lhe que se refere ao pagamento de colaboradores no regime de recibos verdes por não pertencerem aos quadros, mas que se encontram a concorrer aos postos de trabalho em concurso e futuramente os valores transitarão para outra rúbrica. O Sr. Paulo questionou também o porquê da existência de rúbricas com nomes iguais em secções distintas mas com valores diferentes, no caso, ferramentas e utensílios. Ao que Sra. Evelina respondeu que um valor trata-se de uma despesa corrente e outro trata-se de uma despesa capital, o que os distingue é a sua origem, ou seja, um serve para aquisição e outro para fazer face à manutenção do equipamento. Com o intuito de contribuir para o esclarecimento desta questão, houve a intervenção do Sr. Mário Alberto e da Sra. Alice Gesteiro, presentes no público.

Handwritten signatures and notes in blue ink, including the name 'Alice Gesteiro'.



O Sr. Fernando Henriques, membro da Assembleia, pediu a palavra para questionar se não há a possibilidade de pedir um apoio específico à Câmara para comprar uma carrinha eléctrica. O Presidente da Junta respondeu que está disponível um incentivo que cobre cerca de 75% do valor da viatura se for nova e que, por isso, vão analisar a situação e decidir o que for mais benéfico financeiramente.

O Sr. Paulo retomou a palavra para questionar a rúbrica donativo da comissão de festas como receita. A esta questão respondeu a Sra. Alice Gesteiro, ex- Presidente da Junta, explicando que houve um donativo de uma comissão de festas há uns anos e por isso criaram esta rúbrica no orçamento, que foi permanecendo nos anos seguintes por sugestão do contabilista mesmo que a mesma não se concretize. Perguntou também sobre o valor de receita relativo ao Parque dos Cortiços, ao que o Sr. Filipe respondeu que é referente a um orçamento participativo, portanto, é uma parcela do valor total que transitou de um ano para o outro, mas já foi executado.

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Leonardo Carvalho que questionou se a rúbrica de despesa limpeza da Lagoa estava relacionada com o Cais Palafítico. O Presidente da Junta explicou que o valor é uma previsão de custos da limpeza da beira da Lagoa na generalidade, incluindo a zona do Cais Palafítico, mas futuramente terá de ser pensado um valor exclusivo para requalificação e manutenção daquela área. O Sr. Leonardo Carvalho perguntou também quais são as obras idealizadas e previstas na rúbrica de despesa cemitérios. A Tesoureira indicou que baixaram o valor sem pensarem em nada concretamente.

O Presidente da Mesa da Assembleia, Sr. Rui Ventura, demonstrou o seu descontentamento e preocupação com a redução significativa do valor orçamental e questionou o tema do orçamento participativo para 2026. O Sr. Filipe informou que o tema é juventude. O Sr. Rui chegou à conclusão que a fonte de receita com possibilidade de variação positiva será do cemitério.

Colocadas a votação, as Opções do Plano e a Proposta de Orçamento para o ano de 2026, foi aprovado por unanimidade.

Ponto 2 - Eleger a Comissão de Regimento para debater as alterações do Regimento de Freguesia.

O Presidente da Mesa da Assembleia, Sr. Rui Ventura, propôs que a Comissão de Regimento fosse constituída pelos nove elementos da Mesa da Assembleia e questionou se estavam todos de acordo. Não havendo nenhuma oposição ficou assim decidido.

Ponto 3 - Apreciar e votar a proposta de alteração do regulamento de taxas.

O Presidente da Mesa da Assembleia, pediu autorização para acrescentar um assunto a este ponto da ordem de trabalhos, mais especificamente, apreciar e votar o Regulamento de utilização das salas da Junta de Freguesia do Nadadouro, pois a



necessidade da sua criação foi verificada após o envio da convocatória e não se justifica deixar para a próxima Assembleia. Questionou se estavam todos de acordo. Ninguém se opôs ao pedido e procedeu-se em conformidade.

O Presidente da Junta de Freguesia explicou que procederam a algumas alterações ao regulamento de taxas, nomeadamente, à actualização dos valores e fórmulas de cálculo com base no tempo de execução de cada procedimento administrativo, tendo em conta os minutos. Os preços dos covatos também sofreram um ligeiro aumento. Relativamente aos valores cobrados para recebimento, transporte e depósito de detritos de jardim foram mantidos mas é da opinião que os valores sejam cobrados conjuntamente, uma vez que, os detritos deixaram de ser recebidos no estaleiro da Junta de Freguesia passando a ser recolhidos e levados para o depósito municipal sito na Lagoa Parceira, o que acarreta um custo mais elevado. Este serviço consome muito tempo e perturba bastante os trabalhos operacionais comuns, pelo que, não há condições de o executar de forma eficiente nesta fase, dada a carência de recursos humanos.

O Sr. Paulo Santos pediu a palavra para sugerir que seja criado um agendamento fixo para este serviço, ou seja, que seja estipulado um dia por semana para a execução destas tarefas e assim gerir melhor o tempo e os recursos necessários.

O Sr. Virgílio usou da palavra para sugerir que seja criado um limite de utilização do serviço pela população.

A Sra. Evelina explicou que o SMAS facilita o mesmo serviço gratuitamente até um metro cúbico e acima desta quantidade é mediante orçamentação.

O Sr. Leonardo Carvalho indicou que a fórmula de cálculo para cobrança das taxas sobre os serviços administrativos tem um erro, mais precisamente, do serviço de emissão de atestados, declarações e certidões em documento impresso em papel timbrado da Junta de Freguesia, ou seja, onde aparece o sinal de divisão deve ser o sinal de soma e há que ser corrigido. Questionou ainda sobre a origem dos valores base para o cálculo dos custos. A Sra. Evelina clarificou que, à excepção do aumento que fizeram ao valor hora, todos os outros valores já vinham do executivo anterior.

O Sr. Rui pediu esclarecimento sobre quem executa o serviço de levantamento de campas, sendo que, não temos coveiro. Sugeriu que se faça um seguro, pois o valor cobrado não cobre o custo da campa caso haja uma quebra.

O Sr. Filipe explicou que o serviço tem sido prestado pelas próprias agências funerárias e que irá averiguar se detém algum seguro que cubra esta situação. Aproveitou para demonstrar preocupação pela existência de poucos covatos livres e da importância de futuramente se criarem gavetões como alternativa.

Votada a proposta de alteração do Regulamento de Taxas foi aprovada por unanimidade.

O Presidente da Junta apresentou o novo Regulamento de utilização das salas da Junta de Freguesia do Nadadouro, com maior incidência nas normas de utilização,



principalmente, quanto à limpeza e boa conservação dos espaços. O objectivo desde é precaver situações futuras e não começar a cobrar aos utilizadores já existentes, portanto, a ideia é manter o serviço gratuito apenas regulamentar a sua utilização.

O Sr. Virgílio mencionou não ter percebido o pedido do Presidente da Assembleia para incluir a apreciação e votação deste Regulamento no ponto 3 da Ordem de Trabalhos. O Sr. Rui argumentou tê-lo feito logo no início e que ninguém se opôs.

Foi colocado a votação e aprovado por maioria, com uma abstenção (Sr. Virgílio Loureiro) e oito votos a favor.

Ponto 4 - Apreciar e votar o Mapa de Pessoal para 2026.

O Mapa de Pessoal para 2026 foi apresentado pelo Sr. Filipe, com a explicação de que estão em fase de contratação dos dois funcionários para preencher os postos de trabalho em concurso, portanto, já estão incluídos no Mapa de Pessoal.

O Sr. Leonardo pediu a palavra para questionar se houve muita afluência ao concurso público e o Sr. Filipe respondeu que houve cerca de 5 ou 6 candidatos. Perguntou também sobre a forma de recrutamento mencionada na tabela ao que a Sra. Alice respondeu que é sempre por concurso público. A mesma aproveitou para informar que poderiam ter sido colocados 3 novos postos de trabalho no Mapa de Pessoal, mesmo que só se preencham 2 agora, pois isso é benéfico e dará oportunidade de abrir novo concurso no decorrer de 2026. Assim, evita-se que caso surja a necessidade de colocar mais um funcionário já não seja preciso levar a proposta de alteração do Mapa de Pessoal à Assembleia

O Sr. Paulo questionou em que situação laboral se encontra o Sr. Francisco e o Sr. Filipe esclareceu que o mesmo não está incluído no Mapa de Pessoal por estar a exercer funções temporariamente por mútuo acordo, até ao final de Janeiro, a meio tempo e será remunerado através de um acto único.

Votado o Mapa de Pessoal, este foi aprovado por unanimidade.

Ponto 5 - Apreciar a informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia de Nadadouro, acerca da atividade da Freguesia no período referente ao 4º trimestre de 2025, feita nos termos do n.º 2, alínea e) do art.º 9º da lei 75/2013, de 12 de Setembro.

Após ter sido apresentada a informação sobre as últimas actividades realizadas, com maior relevância, por parte do Sr. Presidente de Junta, foram feitos alguns comentários pelos membros da Mesa da Assembleia.

O Sr. Paulo questionou porque não receberam informação sobre os eventos onde a Junta de Freguesia participou e está previsto no Regimento que isso aconteça. O Sr. Filipe respondeu que alguns convites foram feitos publicamente via redes sociais, outros foram feitos pela Câmara Municipal, houve uns que foram dirigidos a ele



directamente e alguns talvez tenham falhado por inexperiência ou falta de disponibilidade, mas estarão mais atentos a esta situação futuramente.

O Sr. Fernando mencionou algumas situações nas vias públicas da Freguesia com necessidade de intervenção ao que o Sr. Filipe respondeu já estarem identificadas e em vias de execução, com um acompanhamento eficiente através do ficheiro de ocorrências, pois estão atentos aos pontos mais críticos.

O Sr. Virgílio sugeriu que se sensibilizasse os moradores para que as moradias tivessem um poço de infiltração nos seus quintais por forma a evitar inundações. O Presidente da Junta comentou que vão trabalhar em soluções para aplicar futuramente, nomeadamente, contactar os proprietários para procederem à manutenção das terrenos e fazer limpezas nas linhas de água com maior incidência nas proximidades do Rio Velho, tendo o apoio da Junta de Freguesia em caso de necessidade.

Não havendo mais comentários o Presidente da Assembleia fechou este ponto da Ordem de Trabalhos e passou ao seguinte.

Ponto 6 - Outros assuntos de interesse para a Freguesia.

O Sr. Virgílio trouxe a discussão o perigo cada vez mais eminente, dado o aumento de circulação, na estrada da Quinta da Barrosa, uma vez que, é estreita, sem iluminação, mal sinalizada e tem a ponte bastante débil. Solicitou que fosse feita pressão junto à Câmara Municipal para solucionar este problema. O Sr. Filipe respondeu que já falou neste assunto aos responsáveis do Município e foi-lhe dito que há um acordo com a Câmara Municipal de Óbidos em que esta fará o projecto e a Câmara Municipal de Caldas da Rainha executará. É um processo que já decorre aos anos e não há data prevista de execução.

Este membro da Mesa de Assembleia também demonstrou preocupação com o futuro do crescimento da população local nativa, sendo que, existe uma crescente dificuldade em obter terrenos para construção de habitações devido ao desenvolvimento imobiliário galopante dos últimos anos e as limitações do PDM. Sugeriu que seja feita, se possível, uma espécie de reserva de terrenos exclusivos para os naturais da Freguesia. O Sr. Filipe comentou que é uma ideia interessante e a discutir, que não têm conhecimento técnico e legal sobre a questão mas poderão pesquisar. Eventualmente poderão apresentar um projecto estilo habitação social ou fazer um pedido de reformulação do PDM à Câmara Municipal. É uma questão pertinente pois já se sente a ausência de uma geração afectada por essa problemática que tiveram de procurar outros lugares para morar e, por isso, deixaram de participar com mais assiduidade ou totalmente nas actividades culturais da Freguesia, acabando por quebrar o elo de ligação à sua origem e identidade, algo que se quer combater.



O Sr. Virgílio questionou ainda para que lado irá crescer a zona industrial que faz fronteira com a nossa Freguesia. A esta pergunta respondeu a Sra. Alice Gesteiro informando que será para norte, ou seja, para as localidades do Campo e Serra do Bouro. Ainda que haja a possibilidade de serem utilizados alguns terrenos da Freguesia do Nadadouro junto à Rua da Indústria.

Por último, o Sr. Virgílio fez questão de ser esclarecido quanto ao regime de trabalho, se tempo parcial ou tempo integral, que está a ser praticado pelo Executivo. Foi informado pelo Sr. Filipe de que é igual ao Executivo anterior, ou seja, a tempo parcial como nas restantes Freguesias do Município com orçamentos baixos e o número de recenseados inferior ao exigido por lei para ter tempo inteiro. Ainda que, na verdade, a carga horária semanal disponibilizada é de longe maior do que a oficial. A Sra. Alice interveio para confirmar a informação prestada.

De seguida a palavra foi dada ao Sr. Paulo que a usou para indicar alguns locais e situações na Freguesia com necessidade de intervenção, mas uma vez que já existia o registo de ocorrências e o ficheiro para acompanhamento das mesmas, anteriormente mencionado, apenas quis confirmar se estavam todas sinalizadas. O Presidente da Junta comunicou o ponto de situação de cada situação específica.

Este membro da Mesa de Assembleia também apontou a falta de transportes públicos ao fim-de-semana e o número reduzido de horários durante a semana, prejudicando todos os usuários mas, principalmente, os detentores de passes mensais. É uma necessidade evidente devido ao aumento de população na Freguesia, por isso, o Executivo compromete-se a interceder junto da Rodoviária do Oeste e da Câmara Municipal.

A ex-Presidente da Junta interveio livremente para informar que tentou por diversas vezes resolver este problema com as entidades competentes, mas obteve sempre a resposta de que a rota não é rentável financeiramente e assim sendo não é exequível. Pediu à Câmara que alargasse a linha do TOMA (Transportes Urbanos de Caldas da Rainha) até ao centro do Nadadouro, uma vez que irá até à zona industrial, mas na altura o pedido foi negado. O Sr. Filipe Pereira afirmou que podem voltar a tentar essa solução reforçando o pedido com uma argumentação forte, no entanto, até ao momento não se debruçaram sobre esse tema e por isso não podem disponibilizar mais esclarecimentos.

O Sr. Paulo Santos alertou para a necessidade da verificação de alguns postes de iluminação da Freguesia tanto quanto à sua localização como quanto à limpeza da sua envolvente. O Sr. Filipe disse que é um trabalho que terá de ser feito à noite para que seja referenciada a localização exacta dos pontos de luz na aplicação da E-Redes e já está incluído na planificação laboral.

Em defesa do interesse dos pescadores da Lagoa de Óbidos, o Sr. Paulo pediu que os quatro acessos à mesma respeitantes a esta Freguesia fossem melhorados, sobretudo, limpando os lixos que vêm com as marés e fazendo a manutenção das



Handwritten signatures and notes in blue ink, including the name 'Alicia' and other illegible marks.

vias. O Presidente da Junta respondeu que é possível actuar nesse sentido e terão esse cuidado futuramente.

O Presidente da Assembleia pronunciou-se sobre os trabalhos que estão a decorrer nas estradas principais da Freguesia com a finalidade de tapar buracos no asfalto, afirmando que estão a ser mal executados, pois os operários não cumprem os procedimentos obrigatórios à sua eficácia. Sugeriu que o Presidente da Junta fiscalize e reporte aos seus superiores. Este respondeu que está atento aos trabalhos de alcatroamento, pois há empreitadas distintas com objectivos diferentes, por isso já tomou nota da situação e fez uma reclamação com o departamento competente da Câmara Municipal. Foi-lhe dito que não há verba para que todas as ruas com necessidades sejam intervencionadas apesar de ser um processo que vem do Executivo anterior previamente planificado. A Sra. Alice clarificou que a Câmara optou por alcatroar algumas estradas não previstas e abdicar de outras que havia sido feita a requisição, assim sendo, tem de ser responsabilizada e não se pode aceitar essa argumentação.

Ponto 7 - 2º Período de intervenção do público para apresentação de assuntos de interesse da Freguesia e pedidos de esclarecimentos, dirigidos á Mesa, de acordo com o n.º 3, do art.º 30º do Regimento.

O Presidente da Assembleia assinalou que apesar de não haver inscrições do público dará a palavra a quem demonstrar interesse em participar. Iniciou a Sra., Carla Pinelas indicando que também já denunciou ocorrências da iluminação pública no seu bairro através da aplicação da E-Redes e é funcional. Apontou ainda que as chuvas fortes têm criado ajuntamentos de terras e lamas nas estradas junto à beira da Lagoa, alguns devem-se à eliminação de linhas de água pela construção de casas, outros pela obstrução das existentes com a colocação de lixos. Demonstrou preocupação com o aumento das taxas do serviço de recolha de detritos com receio que esta problemática aumente futuramente. Afirmou ainda concordar com a cobrança de um valor pelo uso das salas da Junta de Freguesia pois torna-se uma fonte de receita.

O Sr. Virgílio Jacinto perguntou o que a Junta de Freguesia pretende fazer quanto à situação indefinida do Triângulo das Arroteias. O Presidente da Junta clarificou que têm a intenção de lá intervir, tanto é que está reflectido no programa eleitoral, assim como noutra largo ali próximo e deverá ser no mesmo projecto. Em tempos era palco de manifestações culturais ou artísticas e pretende-se que retome devolvendo-o às pessoas.

A Sra. Alice referiu que alguns pequenos espaços foram ocupados pelos contentores de reciclagem, gestão da empresa Valorsul, e por esta razão foi retirado bastante embelezamento da área pública. O Sr. Filipe Pereira expôs que pretendem alterar o lugar de alguns ecopontos e trocar outros por uns mais modernos e discretos.



O Presidente da Junta lembrou que irá acontecer, no dia 19 de Dezembro, o 68º aniversário da Freguesia e será celebrado na sede com um bolo para oferecer a quem quiser aparecer para degustar.

Não havendo mais nada a tratar, foi dada por encerrada a sessão de Assembleia pelas 23h55, da qual se lavrou a presente ata, que depois de aprovada vai ser assinada pelos presentes na reunião.

Rui Miguel D. Ventura

Anabela da Silva Rebelo do Ceito

Diogo Filipe dos Santos Fernandes

João Loureiro

Leonardo Cavalho

P

Paulo Alexandre Ribeiro Santos

António Augusto

Vergílio Paulo Lourenço